

Emprego e Renda: Resultados da Pnad Covid-19 para 2020

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad Covid19 é uma iniciativa inédita e pioneira do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o objetivo de quantificar os principais efeitos da pandemia no mercado de trabalho nacional. Composta por um módulo de saúde e outro de trabalho, a pesquisa teve início de sua coleta na primeira semana de maio, findando-se em dezembro de 2020, e foi desenvolvida tomando como referência os 210,1 milhões de habitantes do Brasil. Suas amostras foram estruturadas para permitir estimativas representativas para todos os estados do país, assim como é realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC).

A crise sanitária que teve início em março de 2020 no Brasil e no mundo atingiu duramente as empresas, especialmente as menores, e deixou milhares de trabalhadores vulneráveis à perda de renda e demissões. Nesse sentido, o objetivo deste informativo é mostrar a situação do mercado de trabalho em Minas Gerais durante 2020, mais especificamente a conjuntura do mercado laboral no contexto da pandemia do novo coronavírus, por meio dessa pesquisa nova e específica chamada Pnad Covid-19.

Pelos gráficos 1 e 2, verificam-se as diferenças no mercado de trabalho nacional e estadual entre a entrada/saída das pessoas na força de trabalho e o incremento/decremento do estoque de ocupados e desocupados ao longo de 2020. O maior aumento relativo no número de desocupados ocorreu entre maio e junho, auge da aceleração da pandemia, e concomitante freada na atividade econômica. Os picos no volume de desempregados, entretanto, se deram em novembro, quando o país registrou 14,0 milhões de desempregados. Em Minas Gerais, o total foi de 1,3 milhão. As taxas de desocupação alcançaram o recorde de 14,2% no país e 12,5% em Minas Gerais. Vale registrar que o mercado de trabalho mineiro sofreu mais intensamente do que a média do país. Apesar de a taxa de desocupação no estado ser historicamente menor que a do Brasil, houve destruição líquida de 90 mil postos de trabalho entre maio e novembro de 2020. No Brasil, enquanto isso, houve criação de 257 mil postos de trabalho nesse período.

Gráfico 1. Brasil: variação relativa das pessoas na força de trabalho, ocupadas e desocupadas – maio a novembro de 2020 – (%)

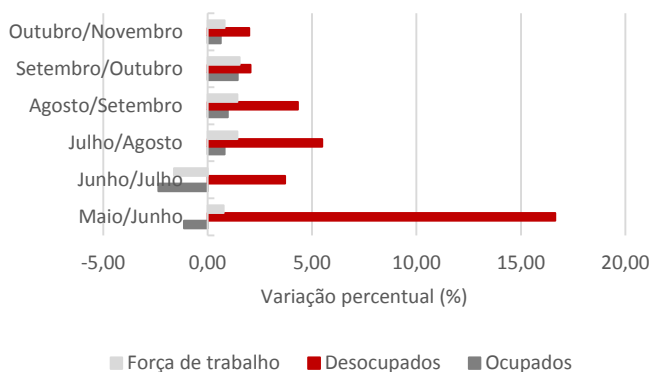
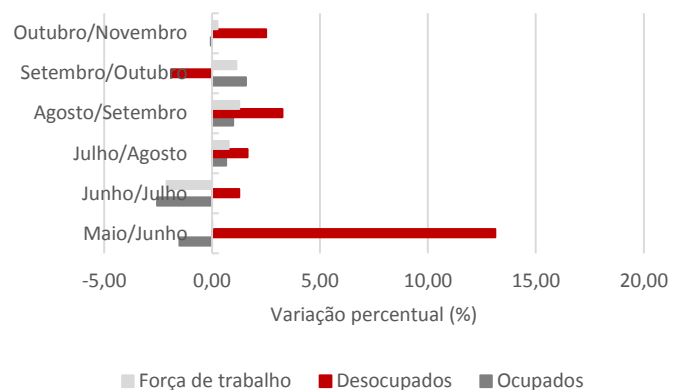


Gráfico 2. Minas Gerais: variação relativa das pessoas na força de trabalho, ocupadas e desocupadas – maio a novembro de 2020 – (%)



Observa-se que, embora a taxa de desocupação não capte as pessoas sem trabalho que não procuraram emprego (no período de referência) em 2020, a elevação do desemprego foi muito maior do que a retração da ocupação capturada pela taxa de desocupação em todos os meses considerados. Os dados mostram também dois fatos. Primeiro, o impacto do pagamento do auxílio emergencial (política de transferência direta de renda para grande parte da população afetada mais diretamente pela contração econômica) sobre a retração da força de trabalho entre junho e julho de 2020. Segundo, seu tímido crescimento (i) nos meses seguintes e (ii) no ritmo de elevação do desemprego.

Em virtude da calamidade pública instaurada no Brasil com a Covid-19, em março de 2020, o governo federal aprovou uma transferência de renda direta e temporária para os desempregados, trabalhadores informais e de baixa renda e para os microempreendedores individuais mediante alguns critérios de enquadramento para seu recebimento. Apesar de algumas falhas, seja na definição dos critérios para adesão ao benefício, seja no controle da sua distribuição, a política de transferência de renda possibilitou que a maior parte dos grupos mais afetados pela crise sanitária pudesse angariar recursos para se manter durante o período de restrição de funcionamento de diversos setores econômicos.

Entre maio e novembro de 2020, houve destruição de 90.099 postos de trabalho no estado. Em geral, observa-se pequena modificação na distribuição relativa das ocupações pelas categorias analisadas. Dito de outro modo, a estrutura ocupacional de maio permaneceu semelhante à de novembro, com variações que refletem as desigualdades em um cenário de crise econômica (Tabela 1).

Tabela 1: Minas Gerais: ocupados segundo sexo, raça/cor, grupos de idade e escolaridade – maio e novembro de 2020 – (em mil e %)

Categorias	Maio	%	Novembro	%	Varição Maio/Novembro
Homem	5.309.388	57,4	5.361.001	58,5	1,0
Mulher	3.947.968	42,6	3.806.257	41,5	-3,6
Branca	3.749.856	40,7	3.634.248	39,8	-3,1
Preta	1.092.912	11,9	1.178.594	12,9	7,8
Parda	4.362.090	52,7	4.310.959	52,7	-1,2
De 14 a 17 anos	75.323	1,4	58.691	1,1	-22,1
De 18 a 24 anos	666.562	12,7	684.166	12,9	2,6
De 25 a 39 anos	2.065.123	39,5	2.087.322	39,4	1,1
De 40 a 59 anos	1.985.292	37,9	2.034.358	38,4	2,5
Acima de 60 anos	440.682	8,4	435.579	8,2	-1,2
Fundamental incompleto	2.112.442	23,9	2.052.951	23,5	-2,8
Fundamental completo	1.519.147	17,2	1.528.089	17,5	0,6
Médio completo	3.727.176	42,1	3.741.160	42,8	0,4
Superior completo	1.496.943	16,9	1.416.244	16,2	-5,4
Total Geral	9.257.356	100,0	9.167.257	100,0	-1,0

Fonte: IBGE, PNADC COVID.

Tabela 2: Minas Gerais: desocupados segundo sexo, raça/cor, grupos de idade e escolaridade – maio e novembro de 2020 – (em mil e %)

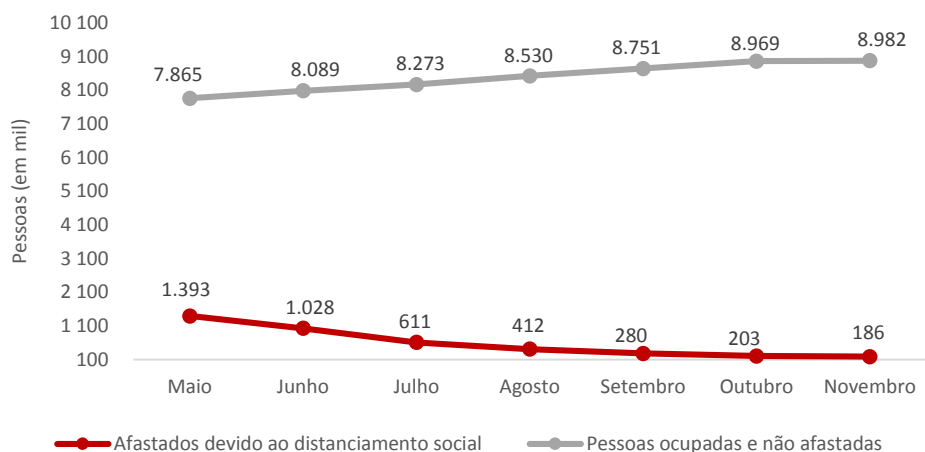
Categorias	Maio	%	Novembro	%	Varição Maio/Novembro
Homem	516.310	47,9	622.471	47,7	20,6
Mulher	562.117	52,1	681.573	52,3	21,3
Branca	319.174	29,6	402.097	30,8	26,0
Preta	184.468	17,1	215.361	16,5	16,7
Parda	568.182	52,7	685.504	52,6	20,6
De 14 a 17 anos	68.874	6,4	81.911	6,3	18,9
De 18 a 24 anos	328.966	30,5	384.135	29,5	16,8
De 25 a 39 anos	333.996	31,0	414.502	31,8	24,1
De 40 a 59 anos	299.338	27,8	358.368	27,5	19,7
Acima de 60 anos	42.274	3,9	50.127	3,8	18,6
Fundamental incompleto	260.731	24,2	283.698	21,8	8,8
Fundamental completo	280.964	26,1	334.462	25,6	19,0
Médio completo	448.925	41,6	583.158	44,7	29,9
Superior completo	80.086	7,4	90.240	6,9	12,7
Total Geral	1.078.427	100,0	1.304.044	100,0	20,9

Fonte: IBGE, PNADC COVID.

Pela Tabela 2, percebe-se aumento generalizado do desemprego no estado entre maio e novembro de 2020, com destaque para mulheres, brancos, adultos entre 25 e 39 anos de idade e pessoas com ensino médio. Assim como na ocupação, verificam-se semelhanças na distribuição percentual da desocupação no mercado laboral mineiro nos meses de maio e novembro, com mudanças somente da categoria escolaridade. Nesse caso, observa-se uma redistribuição entre os graus de escolaridade, principalmente entre aqueles com ensino fundamental incompleto, que correspondiam a 24,1% em maio e passaram a 21,8% em novembro, e aqueles com ensino médio completo, que representavam 41,6% do total dos desocupados e atingiram 44,7% respectivamente.

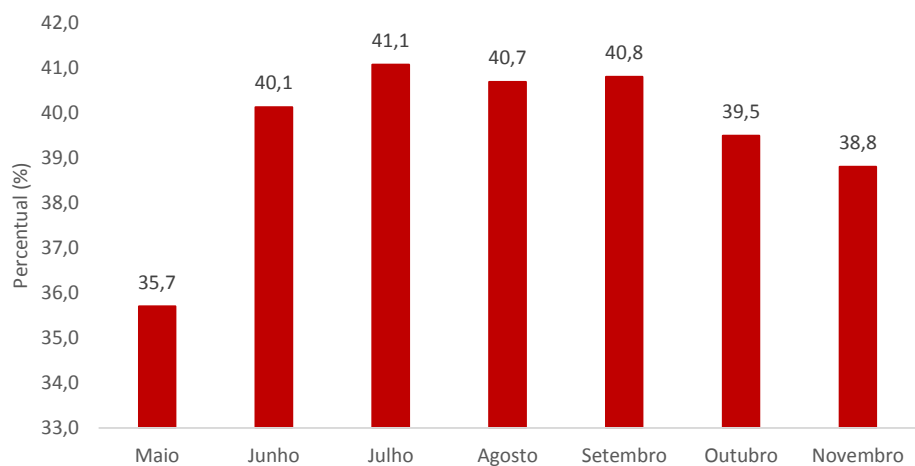
Destaca-se que mulheres, autodeclarados brancos, jovens entre 14 e 17 anos e idosos (60 anos e mais) foram prejudicados tanto na ocupação quanto no seu espelho, a desocupação. No caso das mulheres, os prejuízos podem ser explicados por sua predominância nos setores mais afetados pelo isolamento social, como nos serviços (educação, hotelaria, restaurantes) e no comércio, e pela necessidade de sair do mercado de trabalho e cuidar da família em virtude do fechamento das creches e escolas.

Gráfico 3: Minas Gerais: total de ocupados e afastados do trabalho, afastados que continuaram a receber remuneração e que não receberam – maio a novembro de 2020 – (em mil)



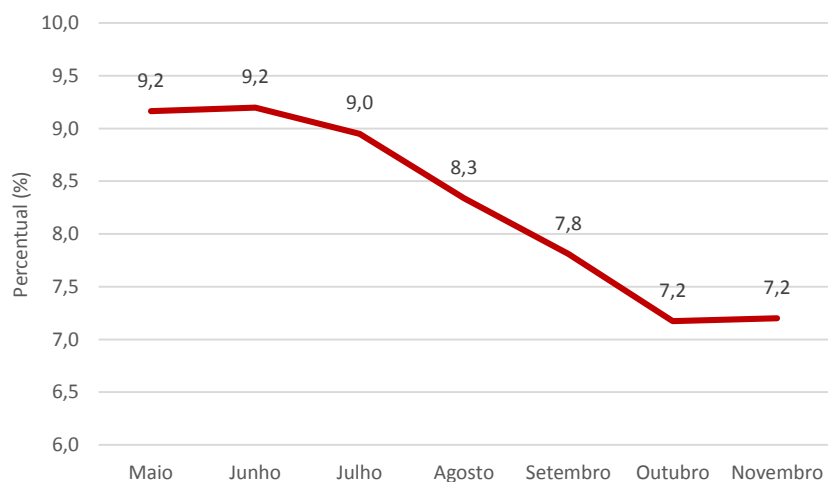
Fonte: IBGE, PNADC COVID.

Gráfico 4: Minas Gerais: Percentual de domicílios que recebem auxílio emergencial no total de domicílios – maio a novembro de 2020 – (%)



Fonte: IBGE, PNADC COVID.

Gráfico 5: Minas Gerais: percentual de pessoas ocupadas e não afastadas do trabalho, que trabalhavam de forma remota, no total da população ocupada e não afastada do trabalho – maio a novembro de 2020 – (%)



Fonte: IBGE, PNADC COVID.

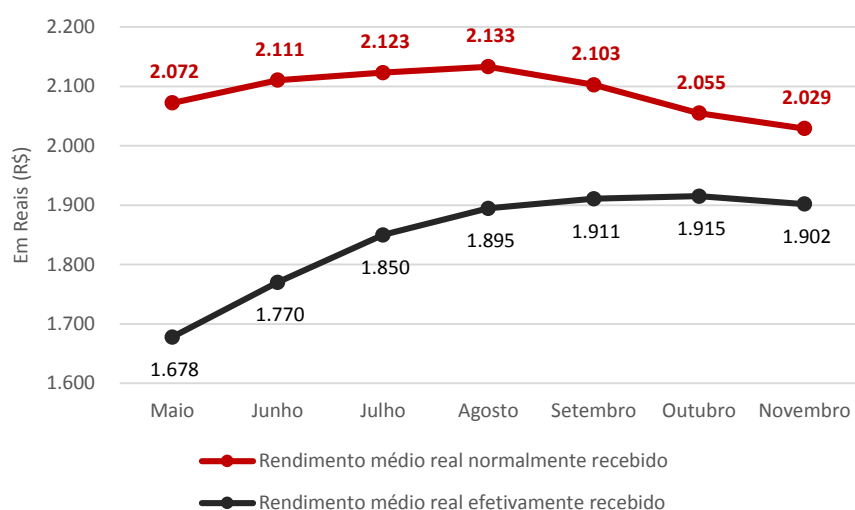
No caso dos idosos, ressalta-se os riscos aumentados à saúde devido à exposição fora de casa, à exclusão digital e importante participação no setor serviços. Já para os jovens, as explicações recaem sobre falta de experiência e concorrência com pessoas profissionalmente mais experientes.

Do total dos ocupados no estado, 1,7 milhão encontravam-se afastados do trabalho em maio de 2020 por diferentes motivos. Quase 80,0% (1,3 milhão de pessoas) tiveram como causa prevalente o distanciamento social ocasionado pela pandemia. Ao longo dos meses, à medida que se retomavam as atividades em alguns setores, os trabalhadores afastados começaram a voltar ao trabalho presencial conforme evidenciam as curvas do **Gráfico 3**. Não obstante, a queda no volume de afastados foi muito maior do que o aumento dos não afastados: -84,7% e 14,2% respectivamente entre maio e novembro.

Entre os trabalhadores afastados, em torno de 48,7% não receberam remuneração alguma em março. Em junho e julho, os percentuais foram de 45,3% e 31,2% respectivamente; em novembro, de 19,5%.

O auxílio emergencial permitiu que muitos dos que ficaram desempregados parassem de procurar emprego, desacelerando o ritmo de crescimento das taxas de desemprego e, por conseguinte, o volume populacional na força de trabalho (ocupados e desocupados que procuraram emprego na semana de referência da pesquisa) conforme demonstrado anteriormente no Gráfico 1.

Gráfico 6: Minas Gerais: rendimento médio real normalmente recebido de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho e rendimento médio real efetivamente recebido de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho – maio a novembro de 2020 – (R\$)



Fonte: IBGE, PNADC COVID.

O **Gráfico 4** mostra os elevados percentuais de domicílios mineiros que receberam auxílio emergencial ao longo de 2020 – média de 39,5% dos domicílios em sete meses. Verifica-se que o pico da cobertura do programa de transferência de renda ocorreu em julho com arrefecimento nos meses seguintes. Em novembro, 38,8% dos domicílios mineiros receberam auxílio emergencial, contra 39,5% no mês anterior. O valor médio do benefício foi de R\$ 532. Comparando com os valores médios do benefício em outubro e maio, representou redução de, respectivamente, 22,6% e 34,9%.

O trabalho remoto foi uma das estratégias adotadas pelas empresas para continuar as atividades e garantir a segurança da saúde dos funcionários. Algumas adotaram modelos híbridos com flexibilização do isolamento social: parte da jornada em casa, parte no local de trabalho. Nem todas as ocupações, todavia, são passíveis de serem realizadas nessa modalidade.

Em maio, 9,2% (7,8 mil) dos ocupados trabalhavam de forma remota em Minas Gerais, proporção que se reduziu ao longo do ano e alcançou 7,2% (6,1 mil) em novembro (**Gráfico 5**).

O trabalho remoto permitiu que muitas empresas reduzissem a carga horária de trabalho, evitando assim a demissão em massa. Contudo, houve impactos dessa nova forma de trabalho sobre os rendimentos conforme mostra o **Gráfico 6**. Verifica-se que o diferencial entre a renda média efetiva e habitual recebida foi maior em maio – a renda média efetiva representou 80,9% do habitual – diminuindo essa lacuna ao longo do tempo.

Em suma, o país vinha dando tímidos sinais de recuperação econômica em virtude da crise de 2016 e foi obrigado a desacelerar sua economia em 2020 devido à pandemia do Covid-19. Os efeitos das medidas de contenção adotadas devido à pandemia estão evidentes nas estatísticas do mercado de trabalho. Destaca-se que a situação não foi pior devido ao auxílio emergencial, que permitiu a elevado contingente populacional permanecer em casa e não procurar emprego, o que mascarou a dimensão verdadeira dos números. Soma-se a isso o trabalho remoto. Ele também protegeu vagas de emprego e contribuiu para menor queda na ocupação. De fato, o benefício pode ser apontado como causa principal do crescimento menor da desocupação em alguns meses, em virtude da queda na procura por trabalho. Com a reabertura gradual da economia, no entanto, parcela das pessoas voltará a buscar recolocação profissional, o que revelará a face verdadeira da crise laboral.

Destaca-se a manutenção da estrutura do mercado laboral mineiro, sobretudo quando analisada sob o prisma de características demográficas. Ao mesmo tempo, não obstante, evidencia-se acirramento das desigualdades sociais entre estratos da população que há muito sofrem com a falta de dinamismo econômico e de recuperação estrutural – mulheres, jovens e idosos.

Expediente

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente
Helger Marra Lopes

Vice-presidente
Monica Moreira Esteves Bernardi

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES

Diretora
Eleonora Cruz Santos

Coordenador Geral
Renato Vale Santos

Núcleo de Indicadores Populacionais

Denise Helena França Marques Maia

Equipe Técnica

Denise Helena França Marques Maia
Glauber Flaviano Silveira
Nícia Raies Moreira de Souza
Plínio Campos de Souza

Diagramação

Livia Cristina Rosa Cruz

Arte Gráfica

Bárbara Andrade

Informações para imprensa

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Telefone: (31) 3448-9580 / 3448-9588
E-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br
Alameda das Acácias, 70, bairro São Luiz, Pampulha.
CEP: 31275-150, Belo Horizonte, Minas Gerais

NÚCLEO DE INDICADORES POPULACIONAIS

denise.maia@fjp.mg.gov.br

